

ORDEM EM PEDRA: ESTUDO DE MEMÓRIA CULTURAL EM RELEVOS NEOASSÍRIOS (884-727 a.C.)

Ruan Kleberson Pereira da Silva¹

Resumo: As guerras de independência e de reconquista levadas a cabo pelo soberano neoassírio durante o processo de reafirmação política, vivenciado a partir do século XII a.C., serviram para manter as prerrogativas imperiais através do campo de batalha ou, em outro caso, por intermédio do campo de representação escultórico dos relevos parietais das Salas do Trono de palácios imperiais. Além de ser entendido como mecanismos de manutenção da ordem imperial neoassíria, os relevos faziam suscitar significados que, por sua vez, exerciam o papel de mediação entre as propriedades de estímulo do ambiente e as respostas humanas dadas a ele. Em virtude disso, os relevos parietais, em sua praticidade escultórica, são imagens agentes portadoras de finalidade mnemônica, por meio da qual se busca fazer lembrar ao público que os acessam do poderio neoassírio que os subjuga e, as prerrogativas com as quais o Império se mantém unificado em torno da figura do “rei de justiça” e do culto ao deus Assur. Com isso, por meio do estudo de memória cultural, busca-se compreender como estes relevos funcionaram como agentes de manutenção da ordem e soberania imperial neoassíria.

Palavras-chave: Império Neoassírio – Sala do Trono – Relevos Parietais – Ordem e Soberania – Memória Cultural.

Abstract: The wars of independence and regaining undertaken by neo-Assyrian sovereign during the process of political reaffirmation experienced from the 20th Century BC, served to keep the imperial prerogatives through the battlefield or in another case, through the field sculptural representation of the parietal reliefs of the Throne Rooms of imperial palaces. Besides being understood as mechanisms for maintaining neo-Assyrian imperial order, the reliefs did elicit meanings, in turn, played the role of mediating between the stimulus properties of the environment and human responses to it. As a result, the parietal reliefs, sculptural in its practicality, images are carriers agents mnemonic purpose, through which it seeks to remind the public that access the neo-Assyrian power that subjugates and prerogatives with which the Empire maintains unified around the figure of the "king of justice" and the cult of the god Assur. Thus, through the study of cultural memory, we seek to understand how these reliefs functioned as agents of law and order and neo-Assyrian imperial sovereignty.

Keywords: Neo-Assyrian Empire – Throne Room – Parietal reliefs – Order and Sovereignty – Cultural Memory.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFRN. Membro do Núcleo de Estudo de História Antiga – MAAT/UFRN. Email: ruankpsilva@hotmail.com

DO IMPÉRIO ÀS PAREDES

Para estudar história, na relação com a memória cultural, devemos estar cientes que a história da herança cultural é definida por uma sequência de rupturas. Estas rupturas, inseridas dentro de seu contexto de produção, podem ser desveladas na análise dos diversos tipos de suportes mnemônicos. Assim, os restos de culturas e épocas passadas podem ser encontrados em ruínas, tal como os das gerações passadas, nas sepulturas². Com isso, nos deteremos à análise de relevos parietais das Salas do Trono de palácios imperiais neoassírios, de modo a constatar que estes suportes além de serem importantes resquícios artísticos e arqueológicos, são também veículos de transmissão de memória cultural. Contanto, devemos estar cientes que a confecção de relevos parietais nas Salas do Trono de palácio neoassírios estava diretamente ligada à história do Império. Para entender, portanto, a órbita na qual eles atuam é necessário, de antemão, conhecer minimamente a história assíria.

Nesse sentido, uma vasta historiografia já apontou que os primeiros acontecimentos da história assíria estão relacionados à invasão e conquista da Mesopotâmia Setentrional por tribos amoritas – chefiadas por Shamshi-Adad (1813 – 1781 a.C) e seu exército – que fundaram o Período Antigo Assírio (c. 2000 – 1350 a.C.), no qual a Assíria desfrutou de uma posição proeminente na geopolítica da região. No entanto, os séculos que se seguiram após a morte do soberano amorita foram marcados pela gradual perda de poder assírio e, conseqüentemente, pela submissão assíria a laços de dependência estrangeira à Eshnunna, Babilônia, Mitani e aos hititas. O avanço hitita para além da Anatólia, aliás, permitiu a Assuruballit liderar o movimento que recobrou a independência da Assíria, estabelecendo o Período Médio Assírio (c. 1350 – 935 a.C.), que inaugurou um período de rápida expansão territorial, assegurada pela crescente força política, econômica e militar. Embora as conquistas iniciais tenham sido parcialmente efêmeras, a política imperialista do século XIV a.C. serviu de base para, no século XII a.C., a Assíria ter retomado a política de conquista territorial pautada em campanhas militares que deveriam assegurar o domínio sob territórios conquistados, subjugando revoltas e ameaças de povos inimigos às fronteiras imperiais. Durante este processo de reafirmação territorial através de campanhas militares Assur-Dan II (934 – 912 a.C.) obteve os meios que o possibilitou inaugurar o Período Neoassírio (934 – 605 a.C.). Todavia, foi apenas sob o reinado de Adad-nirari II (912 –

² ASSMANN, 2011, p. 63.

891 a.C.), no final do século X a.C., que a Assíria sufocou as pressões externas e deu início à consolidação efetiva das conquistas territoriais, seguida fervorosamente pela linhagem dinástica ininterrupta, que se converteu em um dos principais fatores para a consolidação monárquica. Com isso, Assurnasipal II (884 – 859 a.C.) herdou a realeza e os melhores soldados do Oriente Próximo, além de um Império consolidado³.

Diante disso, podemos demarcar que a formação do império assírio resultou de um empreendimento amplo e planejado levado a cabo pelo rei assírio por meio da guerra. Cabe frisar, porém, que algumas destas guerras foram operações defensivas ou preventivas destinadas a proteger o território de Assur dos inimigos potenciais e para assegurar a manutenção da independência das rotas comerciais que atravessavam Djezireh, o Taurus e os Zagros. Deste modo, as guerras de rapina e as guerras de conquista desempenharam um papel fundamental à manutenção da liberdade econômica e política do Império⁴. Com as rotas comerciais a salvo e as fronteiras mantidas relativamente pacificadas e sob vigilância, portanto, o Império obteve as condições básicas para financiar e executar grandes obras arquitetônicas, concomitante ao desenvolvimento urbano das capitais imperiais. Isto se deve ao fato de os reis assírios considerarem a cidade como sede do poder político⁵.

Além de centro político, a cidade também exercia a função de centro religioso, já que na concepção mesopotâmica, a cidade era o lugar onde residiam os deuses, sendo o templo sua morada⁶. A importância do templo e do palácio no desenvolvimento urbano mesopotâmico pode ser constatada por meio da observação da planta urbana da cidade de Kalhu⁷, na qual podemos identificar a presença de casas domésticas; templos consagrados às divindades Nabu, Ishtar e Ninurta; palácio de governadores; e palácios reais – palácio noroeste de Assurnasirpal II, palácio de Adad-nirari II, palácio central de Tiglath-pileser III e palácio sudoeste.

No que tange aos palácios, se os relacionarmos ao contexto de construção ao qual estão vinculados, podemos apontar que eles são produto das necessidades de guerra que certamente exigiram um maior desenvolvimento da autoridade política e militar⁸. Assim, o palácio assírio tornou-se foco de atividades administrativas, burocráticas, industriais, cerimoniais e residenciais, o que o torna uma instituição e parte do aparato

³ Cf. KRAMER, 1980, p. 55-57; ROUX, 1987, p. 207; TAKLA, 2008, p. 60-64.

⁴ ROUX, 1987, p. 309-310.

⁵ *Ibid.*, p. 112.

⁶ POZZER, 2003, p. 72; TAKLA, *op. cit.*, p. 111.

⁷ Cf. OATES, 2001, fig.10 *apud*. TAKLA, 2008, p. 105.

⁸ POZZER, *op. cit.*, p. 62.

de Estado⁹. Logo, o palácio manifesta-se como um mecanismo de manutenção das prerrogativas imperiais conquistadas com muito suor no campo de batalha. Isto pode ser atestado na dimensão simbólica que o espaço arquitetônico palaciano manuseia a partir do desenvolvimento da técnica de confecção de relevos esculpidos nas Salas do Trono.

SALA DO TRONO E ORDEM IMPERIAL

Se considerarmos a Sala do Trono enquanto mecanismo simbólico de manutenção da ordem imperial neoassíria, assumimos em contrapartida que o espaço arquitetônico possui função definida e suscita significados que acabam por interferir na forma como o público se comporta em relação a ele. Assim, avaliar a função e os significados que suscitam o espaço arquitetônico das Salas do Trono neoassírios¹⁰ possibilita compreender a dimensão que as imagens esculpidas em pedra desempenha.

Diante disso consideramos que o espaço arquitetônico é produto cultural das relações humanas e está diretamente relacionado com as capacidades cognitivas que o sujeito emprega diante do ambiente que habita e/ou situa. Isto se deve ao fato de os aspectos da cultura material serem expressões físicas de esquemas e domínios de taxonomias cognitivas elaboradas pela mente humana, sendo portadores de significados e, em virtude disso, passíveis de serem descodificados. É certo que as coisas provocam ou ativam significados, mas cabe frisar que os significados estão nas pessoas, não em objetos ou coisas. Assim, na medida em que seus significados intrínsecos comunicam a identidade do grupo, status e demais aspectos do ambiente, eles devem desempenhar o papel de mediação entre as propriedades de estímulo do ambiente e as respostas humanas a ele, de modo que as imagens e os esquemas passam a servir como um elemento importante na interpretação das propriedades de estímulo do ambiente¹¹.

Partindo de tais premissas, devemos ressaltar que as características que definem os palácios neoassírios são: a presença de um pátio central; de muros com uma entrada central; e evidências de uso residencial¹². Internamente, o palácio neoassírio é composto por uma parte pública – o *babanu* – e outra parte privada – o *bitanu*, sendo que a articulação das duas partes palaciais se dá por meio da Sala do Trono, desempenhando a função principal de abrigar o Trono e as cerimônias e ele associadas¹³. Nesse sentido, a

⁹ TAKLA, *op. cit.*, p. 116-117.

¹⁰ Cf. MARGUERON, 2007.

¹¹ RAPOPORT, 1990.

¹² TAKLA, *op. cit.*, p. 120.

¹³ MARGUERON, 2007, p. 96.

Sala do Trono era um espaço da arquitetura definido materialmente por limites, fechado mas acessível, capaz de conter um certo número de pessoas, com uma eventual focalização sobre um ponto particular, sobretudo aonde estava localizado o trono, o móvel que define a especificidade da Sala¹⁴.

A Sala do Trono é, portanto, o local no qual o rei exerce as suas funções de soberano, devendo traduzir na prática, pelos seus atos, um dos atributos essenciais e irrenunciáveis da realeza: manter o equilíbrio cósmico, estabelecido pelas divindades, e pelo qual o rei é o responsável delegado no mundo dos homens. A *mîsharum*¹⁵, a justiça do soberano, deve simplesmente garantir as condições para o domínio da *kittum*¹⁶, da ordem cósmica. Isto se deve ao fato de o soberano ser o escolhido dos deuses e seu representante maior perante os mortais, grande provedor dos templos e meio de comunicação, nos cultos, entre o mundo humano e divino. Com isso, o rei constitui-se como um fator de equilíbrio cósmico – pautado no exercício contínuo de combate a todas as manifestações das forças do caos –, atuando nas dimensões humanas e divinas da existência, através da íntima relação entre soberania e justiça¹⁷.

Esta relação está expressa em um conjunto extenso de representações escultóricas que foram confeccionadas nas paredes da Sala do Trono. Nestas composições estilístico-escultóricas pode ser verificado um resumo visual das ideias principais acerca da realeza assíria: ela é a fonte da abundância proporcionada pelos deuses. No entanto, a mesma mão que o soberano assírio utiliza para proteger e prover seus súditos de víveres – no exercício da prerrogativa de *shar mîsharum*¹⁸ – é a mão que o soberano impunha a maça e subjuga todos aqueles que pretensamente se oponham à ordem imperial – exercendo a titulação de *shar kishshati*¹⁹. Esta relação também é expressa em um conjunto amplo de lajes de alabastro expostas nas Salas do Trono neoassírias, tal como em outros suportes de pedra cunhados a mando do soberano.

¹⁴ *Ibid.*, p. 70-73.

¹⁵ O termo *mîsharum* pode ser traduzido como “justiça” (do soberano).

¹⁶ O termo *kittum* pode ser traduzido como “ordem” (cósmica), “equilíbrio” (cósmico).

¹⁷ REDE, 2009a, p. 136-137; REDE, 2009b, p. 139-140.

¹⁸ O termo *shar mîsharum* pode ser traduzido como “rei de justiça”.

¹⁹ O termo *shar kishshati* pode ser entendido como “rei guerreiro”.



Imagem 1: Relevô do Obelisco Negro de Shalmaneser III. Kalhu. c. 825 a.C.
 Fonte: British Museum, WA 118885 *apud*. READE, 1999, p. 62

Podemos citar aqui uma das cenas esculpidas no *Obelisco Negro* de Shalmaneser III (ver *Imagem 1*), na qual Jehu, rei de Israel é representado ao centro – acompanhado possivelmente de seus diplomatas –, prostrado, prestando homenagem ao rei Shalmaneser. À frente do rei de Israel, o soberano assírio, identificado pelo tocado real, recebe o auxílio de um servo que lhe garante com um pálio, enquanto Shalmaneser faz gesto votivo com a mão em direção a uma estilização de disco solar alado – o qual pode ser associado possivelmente a Assur, o deus nacional da Assíria, ou a Shamash, o deus do sol e da justiça – contida na parte superior central do relevô. Isto posto, pode-se delimitar que a cena representa por um lado a destacada autoridade imperial personificada na figura do soberano assírio, investido das prerrogativas de chefe militar, soberano político e sumo-sacerdote de Assur, que acaba por colocar sob seu jugo os reis estrangeiros. Por outro lado, a cena representa o reconhecimento estrangeiro do poderio assírio, fazendo com que seja preferível colocar-se sob dominação indireta do que indispor-se contra o Império no campo de batalha.

Quando uma postura semelhante a esta não era adotada, o soberano assírio incumbia-se de estabelecer a ordem imperial por meio do poder e força do exército que chefiava²⁰. Nesse sentido, poderia demonstrar os mecanismos que utilizava para reestabelecer a ordem imperial por meio da confecção de painéis de alabastro que compunham o esquema decorativo das Salas do Trono dos palácios imperiais. Com isso, podem-se identificar cenas de guerra, pilhagens às cidades inimigas com a deportação das populações, dentre outras. Deste modo, a figura do *rei de justiça* se

²⁰ Cf. READE, 1999, p. 64.

manifesta enquanto chefe guerreiro, protetor de seu povo e do país de Assur, derrotando os inimigos no campo de batalha, mantendo a ordem e estabelecendo o equilíbrio cósmico. A guerra, por sua vez, personificava o instrumento de glorificação do soberano e da Assíria, em virtude de que cada vitória do representante de Assur no campo de batalha garantia, simultaneamente, a difusão do culto do deus patrono, a manutenção da ordem cósmica e a autonomia política e territorial da Assíria. Por conta disso, estes elementos estilístico-escultóricos eram entendidos pelo público que os via como “código de conduta” a ser empregado para não se indispor com o Império e o jugo poderoso que pode impor aos transgressores, tal como manifesta a garantia da manutenção da ordem e do equilíbrio cósmico e, conseqüentemente que o Cosmos assírio estava a salvo das forças do caos, à medida que também demonstra que o rei assírio desempenhara bem seu papel de rei de justiça e fator de equilíbrio cósmico. Aliás, no pretensado trabalho de manter o estilo escultórico, o soberano assírio passou a coordenar a atividade de confecção de relevos parietais nos palácios imperiais. Com isso, estas elementos escultóricos da arquitetura palatina configuraram propriedades de estímulo do ambiente, sendo portadores de significados que podem ser decodificados, permitindo a identificação de um discurso não-verbal suscitado pela arquitetura.

Outrossim, as cenas das batalhas esculpidas nas paredes das Salas do Trono neoassírias serviram como uma recomendação do desenvolvimento técnico e tático da potência de guerra assíria, além de se tornarem demonstrativo do significativo desenvolvimento que o relevo parietal obteve na Assíria e, por outro lado, para a função narrativa e documental que essas esculturas parietais desempenharam, demarcando que a arte mesopotâmica tem a finalidade de ser prática, não estética²¹. Destarte, consideramos que os relevos parietais em sua praticidade escultórica são portadores de finalidade mnemônica, através da qual se busca fazer lembrar ao público o poderio neoassírio que os subjuga e, as prerrogativas com as quais o Império se mantém unificado em torno da figura do “rei de justiça” e do culto ao deus Assur.

MEMÓRIA CULTURAL EM PEDRA

Cabe frisar de antemão que a técnica de memória da antiguidade supõe uma forma de reconstruir ordens temporais, cartografadas em configurações espaciais, sobretudo estruturas arquitetônicas. Sendo assim, podemos perceber que os sistemas de

²¹ MOSCATI, 1985.

memória antigos são artificiais, à medida que são técnicas cultivadas e desenhadas como ajudas para a interpretação verbal pública. Com isso, ter memória constituía-se em um estatuto que possibilitava utilizar o espaço como um instrumento para o controle do tempo e da linguagem²². Todavia, não é prudente deixar de perceber que no horizonte destas preocupações as imagens e os esquemas desempenharam um papel importante na interpretação das propriedades de estímulo do ambiente. De tal modo que, vendo os símbolos relevantes que compõe a estrutura arquitetônica, as pessoas sabem o comportamento que é esperado delas²³.

Assim, as cenas de conquista deveriam gerar um determinado efeito – deixar claro que o método assírio mais popular de manter a paz era através da ameaça da guerra – sobre o público composto por estrangeiros potencialmente perturbadores que podem reconhecer-se em tais imagens. Para os membros da Corte, pelo contrário, estas imagens serviriam como um registro gratificante de triunfos assírios e, simultaneamente, como um lembrete de que o rei controla o exército, o baluarte do poder na Assíria²⁴. Efetiva-se, com isso, uma das tarefas exercidas pela memória funcional: a *Legitimação*. Ela está vinculada ao anseio prioritário da memória política ou oficial, constituindo-se como uma aliança entre dominação e memória, que se manifesta positivamente no surgimento de formas elaboradas do saber histórico. Assim, essa memória legitimadora da dominação tem, ao lado de uma face retrospectiva, também outra, prospectiva. Na medida em que os dominadores usurpam o passado, também o fazem com o futuro, pois querem ser lembrados e, para isso, erigem memoriais em homenagem a seus feitos. Logo, tomam providências para que seus feitos sejam narrados, decantados, eternizados e arquivados em monumentos²⁵.

Dessa forma, as imagens escreveram diretamente na memória. Além disso, elas afetam a imaginação de maneira especial, psicologizando os signos iconográficos, imprimindo valor a eles. Em virtude disso, os signos iconográficos detêm uma força especial de cunhar impressões. Isto nos leva a pensar que as cenas esculpidas nas paredes das Salas do Trono neoassírias se enquadram como *imagines agentes*. Este conceito advindo da mnemotécnica antiga pensa as imagens de grande efeito que, por sua força impressiva, são inesquecíveis e por isso podem ser utilizadas como suporte

²² MITCHELL, 2009:170-172.

²³ RAPOPORT, 1990.

²⁴ RUSSELL, 1987: 536.

²⁵ ASSMANN, 2011: 151.

memorativo para conceitos mais pálidos²⁶. De tal modo, estas imagens podem ser (e foram) utilizadas como suporte visual que legitimava o poder e a soberania neoassíria, o que as fazem ser portadoras de informações vitais acerca da iconografia e ideologia do Império²⁷, além de ser demonstrativo do valor memorativo que portavam.

Com isso, os relevos parietais neoassírios converteram-se em instrumentos da memória política oficial do Império que, por meio deles, justificava seu poderio e dominação. Por isso, o Soberano usava de suas prerrogativas oficiais de controle da informação para construir um aparato que respaldasse o poder que usufruía, referendado pela memória. Este *corpus* imagético-escultórico, que narra a memória oficial do Império, foi “arquivado” em lajes de alabastro nas paredes dos palácios imperiais. Enquanto tal, podem serem encarados como monumentos memorativos, aberto aos olhos do público que o acessa e manifestação visual da conduta que lhes era exigida.

Mediante a análise das formas de apropriação da memória que figuram em registros imagéticos-escultóricos parietais de palácios neoassírios, durante a consolidação das conquistas imperiais (884-727 a.C.) podemos afirmar, em suma, que a monumentalidade palaciana, associada ao esmero artístico impetrado na confecção escultural, demonstra uma técnica mnemônica de fazer lembrar o poderio do Império, as prerrogativas que carrega e o poder com qual pune as transgressões à Ordem imposta por Assur, infundindo terror àqueles que pretendessem colocar-se do outro lado do campo de batalha e, em contrapartida, garantindo o equilíbrio cósmico para o Império.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, A. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2011.

KRAMER, S. *Mesopotâmia: o berço da civilização*. R. de Janeiro: José Olympio, 1980.

MITCHELL, W. J. T. Narrativa, memoria y esclavitud. In: _____. *Teoría de la Imagen*. Madrid: Akal, 2009, p. 163-186.

MARGUERON, J.-C. La salle du trône, d'Uruk à Babylone: Genèse, fonctionnement, signification. *Syria*, v. 84, 2007, p. 69-106.

MOSCATI, S. *Como reconhecer a arte mesopotâmica*. S. Paulo: Martins Fontes, 1985.

POZZER, K. M. P. Cidades Mesopotâmicas: História e Representações. O mundo urbano – espaço profano e sagrado. *Anos 90*, n. 17, Porto Alegre, Jul., 2003, p. 61-73.

²⁶ Cf. ASSMANN, 2011: 239.

²⁷ WINTER, 1997: 364.

RAPOPORT, A. *The meaning of the build environment: a nonverbal communication approach*. Tucson: University of Arizona Press, 1990.

READE, J. *Assyrian Sculpture*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

REDE, M. O 'rei da justiça': soberania e ordenamento na Antiga Mesopotâmia. *Phoênix*, v. 15/1, Rio de Janeiro, 2009^a, p. 135-146.

_____. A construção do passado nas crônicas assiro-babilônicas. In: PIRES, Francisco Murari; SUANO, Marlene. (orgs.). *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009b, p. 133-145.

ROUX, G. *Mesopotamia: Historia política, económica y cultural*. Madrid: Akal, 1987.

RUSSELL, J. M. Bulls for the Palace and Order in the Empire: The Sculptural Program of Sennacherib's Court VI at Nineveh. *The Art Bulletin*, v. 69, n. 4, New York, Dez., 1987, p. 520-539.

TAKLA, P. R. *Desenvolvimento do esquema decorativo das salas do trono do período neo-assírio (934-609 a.C.): imagem texto e espaço como veículos da retórica real*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP. São Paulo, 2008.

WINTER, I. J. Art in empire: the royal image and the visual dimensions of Assyrian ideology. In: PARPOLA, S. (ed.). *Assyria 1995: Proceedings of the 10th anniversary Symposium of the Neo-Assyrian Text Corpus Project*. Helsinki, 1997, p. 359-381.